

CARA A CARA Entrevista

«O despovoamento está a levar-nos para uma situação em que, daqui a uns anos, não vamos ter determinados serviços nesta região»

P - É natural de Celorico da Beira, vive na Guarda e estudou Optometria na Covilhã. Como é que a fotografia apareceu na sua vida?

R - Desde muito cedo comecei a interessar-me pela fotografia e, quando vim estudar para a Guarda, na Escola da Sé, o Instituto Português da Juventude tinha cursos de iniciação à fotografia (revelação e ampliação) e foi aí que comecei o meu interesse pela fotografia, na década de 1980. Quando fui para a Universidade da Beira Interior, integrei a Associação Académica e criei o laboratório de fotografia, tendo sido o fundador do clube de fotografias da UBI. Nessa altura desenvolvemos várias atividades, cheguei a lecionar cursos de iniciação à fotografia na universidade e nessa altura fui contactado pelo jornal "A Bola", que tinha falta de colaboradores na zona. Comecei a fazer alguns trabalhos para esse diário desportivo e colaborei durante cinco anos, entre 1997 e 2002. Depois disso colaborei com o "Jornal do Fundão", a agência Lusa, o jornal "O Jogo"... e foi assim que a fotografia apareceu na minha vida.

P - Durante o percurso nunca equacionou que a fotografia fosse a primeira fonte de rendimento?

R - Quando estava no jornal "A Bola" era preciso um fotógrafo em Lisboa, na sede do jornal, e foi-me proposto ir para lá. Na altura ainda estava a acabar o curso e estava "vai, não vai" para ficar a tempo inteiro no fotojornalismo, mas optei por seguir Optometria. No início o curso não me cativava muito, mas do meio para a frente comecei a gostar e já não abandonei a área. No entanto, a fotografia ficou sempre como um "hobby".

P - Quanto ao projeto que agora está exposto no café-concerto do TMG, de um total de 100 fotografias, escolheu 19 para mostrar. Como surgiu a ideia de fotografar o despovoamento do interior e há quanto tempo o faz?

R - O projeto "100 Gentes", que nesta exposição tem apenas 19 fotografias, é um conjunto de 100 imagens do despovoamento

do interior Norte e Centro do país, mais precisamente dos distritos da Guarda e Bragança. O projeto começou em 2019, esteve adormecido nos anos da pandemia e está agora na fase final. No meu dia-dia sou optometrista e trabalho em consultórios no Norte e Centro de Portugal. Comecei a constatar que a população que circulava pelos consultórios é cada vez mais idosa. Às vezes estava uma manhã a dar consultas e, quando reparava, o paciente mais novo tinha 75 anos. Comecei a perceber que as localidades têm cada vez menos gente e menos jovens e foi isso que me levou a iniciar o trabalho sobre o despovoamento. Neste momento Portugal é o terceiro país mais envelhecido da Europa. Está a envelhecer mais rápido que os outros países europeus e estima-se que, em 2050, sejamos o país mais envelhecido do continente europeu. Depois, olhando para a zona onde estamos, no distrito da Guarda, temos o concelho de Almeida como o terceiro mais envelhecido do país. A emigração é também um fator importante para esta situação, uma vez que em 10 anos registou-se um milhão de pessoas a emigrar. E há ainda outro problema no interior: as deslocações para o litoral à

PEDRO BALTAZAR

Idade: 46 anos

Naturalidade: Celorico da Beira

Profissão: Optometrista

Currículo (resumido): Licenciatura em Física Aplicada Ótica e Optometria em 1994; Fotojornalista do jornal "A Bola" entre 1997 e 2002 e colaborações com a agência Lusa, jornal "O Jogo" e "Jornal do Fundão"; Fundador do FotoClube da Guarda.

Livro preferido: "Retratos", de Alfredo Cunha

Filme preferido: "O rapaz do pijama às riscas"

Hobbies: Fotografia e viagens

procura de melhores oportunidades de trabalho. Estas questões levaram-me a iniciar este projeto para lançar o alerta sobre o problema do despovoamento que, nas próximas décadas, se nada for feito vai continuar a agravar-se.

P - O que sentiu depois de concluir o projeto? Tem vontade de ficar no interior e remar contra a maré do despovoamento?

R - O meu objetivo é esse: ficar e remar contra a maré, embora as dificuldades sejam cada vez maiores. O despovoamento e a falta de população no interior estão a levar-nos para uma situação em que, daqui a uns anos, não vamos ter determinadas marcas, produtos ou serviços nesta região. Teremos de nos deslocar mais longe porque não temos população para sustentar estes mercados. Sou empresário, além de optometrista, e continuo a tentar manter as empresas pelo interior, apesar da dificuldade. Este despovoamento não é de agora. Há quatro décadas que somos fustigados pelo despovoamento intenso. Não há medida nenhuma que se tome de imediato para mudar o despovoamento. As medidas tomadas agora só se refletem daqui a quatro décadas. A nível político é que se torna complicado porque os políticos querem medidas que, nos quatro anos, deem votos, mas para resolver o despovoamento não pode ser assim. Tem de ser a população a unir-se e tentar arranjar soluções para combater o despovoamento.



Manobra de helicóptero fez «perder controlo» do incêndio em 2022

A manobra feita por um helicóptero que recolhia uma equipa de bombeiros no local do fogo fez «perder o controlo» do incêndio que deflagrou em agosto de 2022 na Serra da Estrela, concluiu um dos relatórios divulgado na passada quinta-feira.

«O incêndio estava quase a ser resolvido quando a manobra de um helicóptero para recolha da sua tripulação provocou uma reativação do fogo, transpondo as chamas para a encosta contrária, causando um episódio de comportamento eruptivo que fez perder o controlo da situação», refere o documento elaborado pelo grupo de peritos convidado pelo Governo para fazer a avaliação dos grandes incêndios rurais de 2022. O relatório conclui que «é possível que esta manobra, para além de ter reavivado o fogo, tenha provocado focos secundários para a vertente oposta da encosta». O documento, publicado na página da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), acrescenta que a manobra do helicóptero deveria ter acontecido numa zona diferente, «mais afastada do perímetro do incêndio, sobretudo longe daquela zona que estava mal consolidada e com uma linha de água por perto».

«Por outro lado, admitindo que não foi possível evitar que o perímetro do incêndio chegasse tão próximo da linha de água, toda esta

zona deveria ter sido sujeita a um esforço acrescido de consolidação uma vez que seria de esperar que a transposição da linha de água pelo fogo levaria a uma propagação violenta», explica. Os especialistas entendem, no entanto, que «o esforço extraordinário de consolidação que seria necessário para completar esta manobra não estaria ao alcance dos meios no local». Segundo os peritos, o incêndio na Serra da Estrela lavrou entre 5 e 23 de agosto foi o sexto maior ocorrido em Portugal, desde que há registos. Os 30 peritos salientam que «sem dúvida que esta foi uma ocorrência de difícil gestão, não apenas pela humidade muito baixa que os combustíveis apresentavam, como pela orografia desfavorável típica de uma região montanhosa, mas sobretudo pelo forte vento que se fazia sentir, sobretudo durante o período entre as 10 e as 20 horas de cada dia».

O documento dá também conta que «a falta de acessos foi sem dúvida um fator determinante para que o incêndio tivesse tomado as proporções que tomou», sobretudo nos três primeiros dias, o que obrigou a que as intervenções fossem feitas com ferramentas manuais, com menor eficiência do que o uso de veículos com água. Segundo o relatório, as movimentações eram mais lentas em função da orografia desfavorável, prejudicando o com-

bate no geral, mas sobretudo aos focos secundários que iam surgindo. Apesar dos meios aéreos terem sido usados «com grande empenho», a sua utilização, «sem ser complementado com os meios terrestres, acaba por apenas atrasar a propagação do fogo, que muitas vezes volta a reativar por não ter tido consolidação».

«Em muitas situações, devido à falta de acessos que garantissem a segurança, os agentes no terreno recusavam-se a entrar pelo meio da floresta para fazer essa consolidação, sendo este um dos fatores que levou a que se verificassem tantas reativações. Foram feitas várias críticas aos operacionais que preferiam ficar na estrada a ir combater o fogo em zonas florestais sem caminhos. Naturalmente que terá havido situações em que os operacionais poderiam ter sido mais afoitos, e até mais esforçados, do que realmente foram», escrevem ainda os peritos. No entanto, muitos destes operacionais estavam a trabalhar numa zona que não conheciam e num tipo de terreno a que não estavam habituados, pelo que «parece aceitável que tivessem recebido em algumas ações», sustentam.

O relatório, que destaca como aspeto mais positivo desta ocorrência a ausência de vítimas mortais e de acidentes graves, indica também que o «esforço de combate era perdido assim que a água evaporava e se

davam reativações ou o avivamento do fogo que antes tinha baixado de intensidade». Além do incêndio da Serra da Estrela, que consumiu mais de 25 mil hectares, o relatório, coordenado pelo professor da Universidade do Porto José Manuel Mendonça, analisou os fogos de Murça e Vila Pouca de Aguiar (17-27 de julho), de Ourém, Ansião e Leiria (6-18 de julho) e de Albergaria-a-Velha (10-15 de julho).

Da investigação dos peritos resulta considerarem serem necessárias «45 ações corretivas no sistema de fogos rurais, existindo 12 «medidas prioritárias» que devem ser aplicadas já este ano. «A grande maioria (81 por cento) das ações propostas está relacionada com aspetos organizacionais, como a interoperabilidade, liderança, procedimentos e doutrina», lê-se no relatório realizado pela Subcomissão Nacional de Lições Aprendidas do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais (SGIFR), presidida pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF). Entre elas está o «reforço de equipas especializadas para acionamento precoce para combate apeado em zonas de reduzida acessibilidade e relevo acidatado» e o «empenhamento de agentes com formação especializada em comportamento do fogo para apoio na definição de estratégias, táticas e manobras em dias de com-

portamento extremo do fogo para acompanhamento das ocorrências e apoio aos comandos regionais».

«Dotar os pilotos com formação presencial sobre comportamento de fogo» e «estudar a possibilidade de instalação, em zonas de montanha e com declives acentuados, de pontos de água (mistos), com abastecimento próprio, a várias cotas, diversificando a oferta, de forma a aumentar a capacidade e a eficácia das intervenções de meios aéreos de asa rotativa e de meios terrestres, pela diminuição de tempo entre abastecimentos» são outras recomendações. É também defendido o reforço da formação de comandantes de setor, comandantes de grupo de combate e equipas de reconhecimento e avaliação da situação para aumentar a eficácia nas ações de rescaldo e uma melhoria da capacidade de resposta do apoio logístico pelas Forças Armadas, além de aumento da prevenção do uso do fogo por habitantes locais.

Esta subcomissão, que adota uma metodologia da NATO, integra representantes da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Polícia Judiciária (PJ), Guarda Nacional Republicana (GNR), Forças Armadas, Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e Liga dos Bombeiros de Portugal (LBP).

Primeiro Centro de formação profissional ibérico inaugurado na Guarda

O objetivo é a formação e capacitação profissional de dirigentes e gestores das IPSS

O Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS), lançado na passada sexta-feira na Guarda, vai gerir 10 milhões de euros, verba financiada pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Presidido por Pedro Pinto, administrador de sistemas informáticos no Politécnico da Guarda, e com direção-executiva de Nuno Silva, ex-diretor-geral da Comunilog, o organismo tem dimensão ibérica e é o primeiro centro protocolar de formação profissional para o setor da Economia Social. O seu objetivo é a capacitação das IPSS ao promover a realização de formação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências, no sentido de qualificar e requalificar os trabalhadores e respetivos dirigentes e gestores. O CEIS está sediado no edifício da Segurança Social, em frente ao Tribunal da Guarda.

O espaço foi inaugurado pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e a segunda vice-presidente do Governo espanhol e ministra do Trabalho e Economia Social, Yolanda Díaz. «Estamos, pela primeira vez, a criar um centro de competências dedicado à economia social», realçou a governante portuguesa, segundo a qual nesta parceria ibérica «estamos a colocar a Guarda como a centralidade da Península Ibérica». Ana Mendes Godinho acrescentou que a Economia Social passa «a ter um instrumento poderoso de união e de

transformação dedicado às competências, no ano, aliás, em que a Europa está a comemorar as qualificações de todos os trabalhadores».

A ministra lembrou também que em Portugal e em Espanha «a Economia Social representa mais de 6 por cento do emprego», o que «mostra bem a importância e como é uma alavanca de desenvolvimento, de criação de emprego, de oportunidades». Por sua vez, Yolanda Díaz vê no CEIS um «projeto pioneiro, exemplo dos nossos valores e o reflexo da nossa forma comum de fazer política útil para melhorar a vida dos cidadãos». Para além disso, a segunda vice-presidente do Governo de Espanha disse acreditar que «este centro servirá para partilhar boas práticas, formação e experiências no âmbito da Economia Social e melhorar a vida dos cidadãos. Vai ser uma referência na Europa e no mundo».

O CEIS resulta de uma parceria entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), a Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), o Centro de Estudos Ibéricos (CEI) e o Instituto da Segurança Social (ISS).

Do lado de Espanha, os parceiros diretos ou indiretos são a Confederação Empresarial Espanhola da Economia Social (CEPES), o Centro Internacional de Investigação e Informação em Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), a Direção-Geral do



Em Portugal e em Espanha «a Economia Social representa mais de 6 por cento do emprego»

Trabalho Independente, Economia Social e Responsabilidade Social da Empresa (DG-TAERSSE), o Serviço Público de Emprego do

Estado (SEPE) e a Fundação Estatal para a Formação no Emprego (FUNDAE).

Nascimentos voltam a aumentar na Guarda

Distrito registou mais 32 bebés, num total de 167 “testes do pezinho” realizados no primeiro trimestre de 2023 face a igual período do ano transato



Distrito de Castelo Branco teve 249 nascimentos, mais 18 do que no primeiro trimestre de 2022, segundo a informação do INSA

A Guarda registou 167 nascimentos no primeiro trimestre do ano, de acordo com os dados do “teste do pezinho”, realizado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), através da sua Unidade de Rastreio Neonatal, Metabolismo e Genética. São mais 32 bebés do que no mesmo período de 2022, quando tinha sido rastreados 135 recém nascidos do distrito.

O “teste do pezinho” é feito a partir do terceiro dia de vida do bebé e permite, atualmente, detetar 27 doenças – 25 delas de origem genética, contribuindo assim para o tratamento precoce. O Programa Nacional de Rastreio Neonatal (PNRN) realiza, desde 1979, testes de rastreio de algumas doenças graves, em todos os recém-nascidos. O chamado “teste do pezinho” é efetuado através da recolha de umas gotículas de sangue no pé da criança e permite diagnosticar algumas doenças graves que clinicamente são muito difíceis de diagnosticar nas primeiras semanas de vida e que mais tarde podem provocar atraso mental, alterações neurológicas graves, alterações hepáticas ou até situações de coma.

A nível nacional, nos primeiros três meses de 2023 foram estudados 21.065 recém-nascidos, tendo sido realizados mais 1.437 testes face a igual período do ano transato (19.628). É o valor mais elevado desde o início da pandemia da Covil-19. Segundo

os dados disponibilizados pelo INSA, foi nos distritos de Lisboa e Porto que se registaram mais nascimentos, com 6.251 e 3.799 testes efetuados, respetivamente. Segue-se Setúbal, com 1.746, e Braga, com 1.520. Por outro lado, Portalegre (121), Bragança (163) e Guarda (167) foram os distritos com menos recém-nascidos estudados. Já Castelo Branco teve 249 nascimentos, mais 18 do que no primeiro trimestre de 2022, quando foram testados 231 recém-nascidos. Apesar das subidas verificadas na Guarda e Castelo Branco, os dois distritos da Beira Interior continuam no fundo da tabela dos nascimentos em Portugal.

Os números revelados pelo Instituto Dr. Ricardo Jorge indicam que janeiro foi o mês que registou o maior número de nascimentos (7.649), seguido de março (7.196) e, por último, fevereiro com 6.220 bebés. Em 2022, Portugal voltou a ultrapassar a barreira dos 80 mil nascimentos, após a quebra histórica da natalidade em 2021, com 83.436 recém-nascidos nesse ano, um aumento de 5,3 por cento relativamente a 2021 (79.217), ano em que Portugal registou o menor número de nascimentos. Antes deste mínimo, o número mais baixo tinha sido verificado em 2014, com 83.100 exames realizados no país, e o mais alto no ano de 2000 (118.577), segundo os dados disponíveis no INSA.

Reabertura da EN 338 ainda sem data

DR



A reabertura da Estrada Nacional 338, que liga Manteigas aos Piornos, depende «da Infraestruturas de Portugal e do Governo». A afirmação é do presidente da Câmara de Manteigas, Flávio Massano, em resposta ao vereador do PS na autarquia, Tomé Branco Lopes, que quis saber o ponto da situação daquele troço encerrado ao trânsito desde 15 de dezembro.

«Se em dezembro o presidente da Câmara dizia que não podíamos ficar seis meses à espera da colocação das redes, na semana passada afirmou que não demorará apenas um mês, dois meses ou um ano», afirmou o socialista, sublinhando que há «empresários manteiguenses preocupados com a situação e a alertar para a asfixia que vivem neste momento» com a situação. Na última reunião do executivo,

Tomé Branco Lopes disse-se «perplexo» e afirmou que há uma coisa a fazer, «iniciar os trabalhos». Na resposta, Flávio Massano garantiu que «é uma situação urgente que é preciso tratar, mas até ao momento as entidades gestoras do processo não têm capacidade para executar. O município de Manteigas não pode fazer mais do que pressão e essa pressão temo-la feito».

Segundo o autarca independente, a discussão neste momento «já não é só quem vai fazer a obra, é quem tem dinheiro para a fazer». O edil manteiguense revelou ainda já ter sido proposto ao Governo a abertura da estrada apenas no «sentido descendente». «Estamos a fazer o possível, mas se acharmos que a estrada é o centro do mundo e que vamos conseguir abri-la se berrarmos... estamos muito enganados», avi-

sou. A responsabilidade pelo começo dos trabalhos recai sobre «o Governo e a Infraestruturas de Portugal», lembrou Flávio Massano, não sem antes admitir que, «provavelmente, ainda será o município que vai ter de pagar a estrada». Se isso acontecer, o presidente da Câmara de Manteigas sublinhou que «pagaremos».

Contudo, «a estrada abre-se por persistência, coerência e segurança para que ninguém morra e ninguém se magoe. Queremos que a estrada 338 continue a ser conhecida como a estrada da queda de pedras... E não como a estrada da morte», ironizou Flávio Massano. Situada numa encosta do Vale Glaciar, a EN338, que liga Manteigas aos Piornos e à zona da Torre, na Serra da Estrela, está fechada há 4 meses devido ao risco de derrocadas.

PRR apoia projeto "Be Cheese" para valorizar fileira do queijo



O projeto "Be Cheese" garantiu um financiamento de 637 mil euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para trabalhar a autenticidade e valorização da fileira da produção de queijo Serra da Estrela.

O consórcio é liderado pela Escola Superior Agrária, do Instituto Politécnico de Viseu, e tem como parceiros a Estrelacoop - Cooperativa de Produtores de Queijo Serra da Estrela, a ANCOSE (Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela) e vários produtores de leite e de queijo, bem como centros de biotecnologia da região. O projeto pretende impulsionar a gestão integrada deste setor, essencial para a economia local da região da Serra da Estrela, e sobretudo melhorar o preço que é pago pelo

leite. O apoio garante dois anos de fundos para valorizar desde as pastagens, à própria flor do cardo, que permite a fermentação do queijo, ou à forma como se criam as ovelhas e à qualidade do leite que é obtido.

Segundo Joaquim Lé de Matos, presidente da Estrelacoop, sediada em Celorico da Beira, o objetivo do "Be Cheese" é valorizar o trabalho do pastor: «Há vários critérios microbiológicos e têm de estar dentro dos parâmetros para que se possa produzir queijo Serra da Estrela DOP. Queremos que o pastor valorize a sua atividade e obtenha um preço melhor para o queijo que produz», referiu. Para tal, o projeto quer contribuir para que os pastores consigam melhorar a qualidade do leite das ovelhas bordaleiras, «desde a parte da higienização, do

maneio, na ordenha, para que tenham boas práticas e que consigam um leite com um valor justo que se deve pagar por esta atividade agropastorícia», acrescentou o dirigente.

Todo o processo vai ser digitalizado e monitorizado em tempo real para determinar a qualidade do leite e qual o preço a pagar, o que permitirá «reforçar a denominação de origem protegida do queijo Serra da Estrela», considerou Joaquim Lé de Matos. Além da valorização do preço da matéria-prima, o "Be Cheese" vai ainda permitir valorizar a carne de borrego Serra da Estrela DOP, que só se alimenta nos pastos, em regime extensivo, havendo ainda fundos para trabalho de promoção e de comunicação destes produtos endógenos e da região da Serra da Estrela.